



## **Desenvolvimento do TV Escola a partir das Abordagens Dissertativas<sup>1</sup>**

Elbênia Marla Ramos SILVA<sup>2</sup>  
Ronaldo Nunes LINHARES<sup>3</sup>  
Universidade Tiradentes, Sergipe, SE

### **RESUMO**

Em 1995 foi criado o projeto piloto TV Escola como uma política pública educacional do governo federal. Em 1996, tornando-se efetivo, o canal da educação passou a ser transmitido para escolas públicas do país. Com o intuito de subsidiar a prática pedagógica, o projeto, por ser alvo de críticas, foi objeto de pesquisas, dentre elas, de dissertações. Diante desta apresentação, propomos neste artigo analisar cinco dissertações que trabalharam com o TV Escola como tema principal e perceber como se deu o desenvolvimento do projeto e se houve avanços com o passar dos anos. Para melhor elaboração foram determinados alguns elementos das dissertações que subsidiaram a análise: os objetivos e as conclusões. As pesquisas estão disponíveis no portal Domínio Público<sup>4</sup>.

**PALAVRAS-CHAVE:** estado; políticas públicas; tv escola; prática pedagógica.

### **INTRODUÇÃO**

O canal da educação, TV Escola, é uma política pública educacional que foi criada com o objetivo de auxiliar a prática pedagógica do professor nas escolas públicas do país. Amparado pela Lei de Diretrizes e Bases nº 9394/96 que trata da oferta de Educação à distância (EAD) o art. 4º inciso II estabelece: concessão de canais com finalidades exclusivamente educativas. Entretanto não basta apenas garantir na lei a integração de tecnologias na educação, se faz necessário, que a estrutura da escola esteja montada e que os professores estejam preparados para as novas linguagens. Desta forma pesquisadores se dedicaram em constatar se tal política foi efetiva no cumprimento das propostas no auxílio na prática docente. O objeto de estudo deste trabalho foram cinco dissertações que estão disponibilizadas no portal Domínio Público.

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado na Divisão Temática Interfaces Comunicacionais, da Intercom Júnior – VI Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do XXXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

<sup>2</sup> Recém-graduada em Comunicação Social – Jornalismo pela Universidade Tiradentes, Integrante do Grupo de Pesquisa Educação, comunicação e Sociedade CNPQ/UNIT, benia\_@hotmail.com.

<sup>3</sup> Doutor em Ciência da Comunicação pela ECA/USP, professor do Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Tiradentes-UNIT Coordenador do Grupo de Pesquisa Educação, comunicação e Sociedade CNPQ/UNIT, e-mail: ronaldo\_linhares@unit.br.

<sup>4</sup> Ambiente virtual criado em 2004 pelo Governo Federal, que propõe integrar e compartilhar obras literárias e científicas, que estão em forma de texto, som, imagens e vídeos. Site: [www.dominiopublico.gov](http://www.dominiopublico.gov).



As dissertações escolhidas, de forma aleatória, trazem estudos sobre as experiências dos seguintes estados: Paraná, Bahia, Mato Grosso do Sul, Piauí e Goiás. No primeiro item do artigo abordamos o papel do Estado brasileiro diante das políticas públicas e sua função regulamentadora, no segundo foi realizada a descrição do desenvolvimento do programa TV Escola, desde sua criação e até a tentativa de implementar a versão do TV Escola Digital e no terceiro item trouxemos a análise das dissertações sobre o canal da educação baseados nos elementos: objetivos e conclusões.

### **1. As funções do Estado brasileiro na relação com as políticas públicas educativas**

Ao abordarmos o tema, políticas públicas Brasil, se torna inevitável a desvinculação do processo de reestruturação do Estado. Tais políticas desencadearam com mais força no período presidencial de Fernando Henrique Cardoso (FHC) de 1995 a 2002, marcado pela “onda” de privatização, apresentou determinadas características: livre circulação de capitais internacionais e ênfase na globalização e defesa dos princípios econômicos do capitalismo. Tal governo auxiliou o advento do neoliberalismo, sistema político que preza pela mínima participação do Estado na economia.

A posição neoliberal tem como efeito a abertura do mercado e uma função regulamentadora do Estado, ou seja, o mesmo institui as regras, mas se posiciona indiferente aos resultados do processo, assim o mercado percebe as falhas do governo e atua onde a ação é menos efetiva. Desta forma as políticas são criadas como subsídios que atuam nas áreas voltadas para o social, a saúde, economia e educação.

Baseado no Estado mínimo,<sup>5</sup> este sistema tem como efeito colateral a redução das responsabilidades sociais do governo e maior abertura para atuação dos mercados, o que segundo Bresser (1999) seria implantar o domínio do mercado, reduzi o Estado ao mínimo à garantia da propriedade e dos contratos.

Mas como se comporta este governo diante da sociedade da informação? A relação entre o Estado, sociedade civil e mercado é posta com um olhar atual que impõe novos desafios a sociedade em rede como é colocada por Castells (1999). Sociedade essa que têm as suas bases constituídas na era da informação, onde todos os campos se

---

<sup>5</sup> A doutrina do Estado mínimo ataca em três vertentes: o Estado pouco influente no mercado, abertura dos seus mercados e limitações nas suas funções. BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. *Sociedade civil: sua democratização para a reforma do estado*. In Luiz Carlos Bresser-Pereira, Jorge Wilhelm and Lourdes Sola, orgs.. **Sociedade e Estado em Transformação**. UNESP/ENAP, 1999: 67-116.



debruçam de alguma forma para a utilização da internet e possuem aspectos unificados no capital.

Diante deste novo perfil social o governo oferece os recursos, mas esta ação não pode garantir um acompanhamento das práticas, o que lança para a sociedade a obrigação de aperfeiçoamento de forma individualizada. Quem melhor esclarece sobre este assunto é Santos (1995)<sup>6</sup> apud Belloni (2003, p. 5)

(...) o próprio Estado, diante da pressão de setores produtivos da sociedade e concentrando a sua atenção na viabilização das relações de produção, se exime da responsabilidade pelas diferenças persistentes e/ou a exclusão, jogando sobre os sujeitos sociais a culpa de sua não-homogeneização e a conseqüente exclusão.

Sendo assim o Estado reforça suas obrigações se utiliza das políticas para ajudar no processo das diversas áreas sociais.

Para melhor entender o que é uma política pública Boneti (2007) acredita que seja o resultado da dinâmica do jogo de forças que se estabelecem no âmbito das relações de poder, relações essas constituídas pelos grupos econômicos e políticos, classes sociais e demais organizações da sociedade civil.

Para Peters (1986) apud Souza (2006) afirma que é a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos. Seguindo pela mesma linha Dye (1984) apud Souza (2006) diz que a definição de política pública resume-se ao que o governo escolhe fazer ou não fazer.

Assim a administração estatal cria as políticas públicas que abrangem as diversas áreas e no governo de FHC o campo educativo teve consideráveis mudanças. O ponto de partida para estudo das políticas públicas educacionais, neste período, é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (LDB/96), que ficou em tramitação durante oito anos até a aprovação. Com 92 artigos a lei buscou apontar as necessidades e reformas para o sistema educacional, incluindo as inovações referentes as tecnologias no ambiente escolar.

A visão contemporânea ampliou as possibilidades de investimento tornando a tecnologia uma grande aliada na área educacional. Suas intencionalidades políticas

---

<sup>6</sup> SANTOS, Boaventura de Souza. **A Construção Multicultural da Igualdade e da Diferença**. VII Congresso Brasileiro de Sociologia. Rio de Janeiro: Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ, 4 a 6 de setembro de 1995. (conferência).



recaem na modernização dos diversos setores tentando seguir um padrão de país de primeiro mundo. Nesse contexto,

o governo brasileiro vem implementando suas políticas econômicas e educacionais de ajuste, ou seja, diretrizes e medidas pelas quais o País se moderniza, adquire as condições de inserção no mundo globalizado, e assim, se ajusta às exigências de globalização da economia estabelecidas pelas instituições financeiras e pelas corporações internacionais. De todo modo, faz-se presente, em todas essas políticas, o discurso da modernização educativa, da diversificação, da flexibilidade, da competitividade, da produtividade, da eficiência e da qualidade dos sistemas educativos, da escola e do ensino, na ótica das reformas neoliberais de adequação às demandas e exigências do mercado (LIBANÊO; OLIVEIRA; TOSCHI, 2006, p.55).

De acordo os estudos de Boneti (2007) acredita-se que as políticas educacionais das últimas décadas têm investido muitos recursos na informatização das escolas. Ele acredita que a abertura do mercado de consumo é um elemento que muito tem pressionado a elaboração de políticas que favoreçam a venda das máquinas, agindo assim como um “mercado disfarçado”.

Dentre as políticas que foram elaboradas no período de 1995 a 2008, Quatiero (2007) cita algumas em seu trabalho. O projeto Educação com Computadores (EDUCOM) em 1983, Programa Nacional de Informática Educativa (PRONINFE) em 1989, e o Programa Nacional de Informática na Educação (ProInfo) em 1997. Além destes citados por Quatiero outras políticas foram criadas: o Programa Um computador por aluno (PROUCA) em 2010 e o objeto de estudo deste artigo o projeto TV Escola criado em 1995. Como esta política já foi tema de dissertações, a análise deste artigo está articulada em perceber como se desenvolveu as experiências do projeto e trazer reflexões sobre as mesmas.

Estas políticas educacionais reforçam o posicionamento regulamentador do governo, pois o mesmo se empenha na criação destes projetos e deixa a mercê os resultados.

O autor que traz essa reflexão é Barroso (2005, p. 727), ele trabalha com o conceito de regulação e regulamentação aplicado a educação. Neste sentido, cita a “regulação” como um processo “mais flexível na definição dos processos e rígida na avaliação da eficiência e eficácia dos resultados” seria o oposto da regulamentação que está “centrada na definição e controlo *a priori* dos procedimentos e relativamente indiferente às questões da qualidade e eficácia dos resultados”.



## 2 Conhecendo o canal da educação - TV Escola

O avanço do ensino nos remete a abordar um histórico das tecnologias que estiveram e as que ainda estão presentes no ambiente escolar. Ao longo dos anos tivemos a ardósia, o caderno, o quadro, o giz e hoje inclui-se as tecnologias de informação e comunicação (TIC). De acordo com SILVA (2007) a utilização de imagem educação iniciou no período escolanovista.

A incorporação de imagens na educação surgiu a partir da década de 1920, com a tendência escolanovista, sendo que, desde a criação do Ministério da Saúde, Educação e Cultura, já se buscava a utilização do cinema como forma de modernização da educação. O início deu-se com a criação da Comissão de Cinema Educativa do Rio de Janeiro, 1927; em São Paulo, em 1931, a atividade cinematográfica na educação foi assumida pela diretoria geral de ensino com a criação de uma comissão especial, em 1936, surgindo o Instituto Nacional do Cinema Educativo, idealizado por Roquete Pinto (2007, p. 48).

A utilização de tecnologias de informação e comunicação não é recente. Outras experiências, não necessariamente governamentais, aconteceram no Brasil, onde a televisão foi inserida como auxílio na prática pedagógica.

O projeto Telecurso foi criado em 1978 com a assinatura de convênio entre a Fundação Roberto Marinho e Fundação Padre Anchieta para realização do projeto de teleducação para o 2º grau. Nos moldes atuais o projeto com nova nomenclatura Telecurso 2000 também para cursos técnicos.

Outra experiência foi o Projeto Vídeo Escola criado em 15 de outubro de 1989 pelas professoras Maria Silveira, Letícia Parente e Sônia freire em parceria com a Fundação Roberto Marinho e Banco do Brasil e as Secretarias Estaduais tiveram como fundamento teórico a imagem, seja ela fixa ou em movimento como arte. Distribuídos nos Estados brasileiros o projeto foi implantado gratuitamente nas escolas públicas que recebiam os aparelhos de vídeo e de televisão.

Neste contexto se constrói o caminho a tecnologia educacional discutida na obra de Fainholc,

Tecnologia Educativa é uma forma sistemática de desenhar, desenvolver e avaliar o processo total de ensino-aprendizagem em termos de objetivos específicos, bases em investigações sobre o mecanismo de aprendizagem e comunicação que aplicando uma



coordenação de recursos humanos, metodológicos, instrumentais e ambientais, conduzem a uma educação mais eficaz Fainholc (1994, p. 46).

Pensando nisso, o governo brasileiro implanta o canal TV Escola, designado para a democratização e qualidade do ensino, iniciada em setembro de 1995 em fase de experimentação. Em 4 de março de 1996 entra no ar o canal de televisão educativo via satélite Brasilsat, de responsabilidade do Ministério da Educação e Desporto. Esta foi a primeira medida após o Decreto nº 1.917/96 que criou as Secretarias Estaduais de Educação a Distância – SEED.

O canal que está no ar até hoje tem como objetivo capacitar professores de Ensino Fundamental e Médio, visando informar e atualizá-los, como também na produção de material audiovisual para contribuir com o aprendizado dos alunos, como é descrito pelo site do Ministério da Educação (MEC), “A TV Escola é o canal da educação. É a televisão pública do Ministério da Educação destinada aos professores e educadores brasileiros, aos alunos e a todos interessados em aprender”.

Transmitido em rede nacional o canal passa a ser de responsabilidade da Secretaria de Educação Básica após a extinção da SEED em 2011. Os conteúdos vinculados pelo TV Escola trazem as mesmas temáticas trabalhadas na sala de aula das diversas disciplinas e este material passou a ser distribuído, pelas secretarias estaduais, em todas as escolas públicas com mais de 100 alunos.

Para que seja possível essa transmissão nas escolas o governo distribuiu o kit tecnológico. Composto inicialmente por: uma antena parabólica, uma TV de 20 polegadas, um videocassete e 10 fitas VHS virgens (para gravar os programas). A partir de 2007 estes kits foram atualizados com aparelhos de DVD e alguns DVD gravados, sendo o Estado o responsável pelo envio desses equipamentos, mas quem respondia pela supervisão operacional da TV Escola é a empresa EBC Serviços, localizada em Brasília.

Conforme Palma Filho (2005), esta privatização de serviços públicos é característica do modelo neoliberal e ratifica o posicionamento do Estado diante das políticas públicas “[...] a execução do ideário neoliberal consubstanciado em ações do tipo diminuição da esfera de atuação estatal, por meio da desregulamentação, privatização de empresas públicas e terceirização de alguns serviços públicos, [...]” (p. 21). O que admite o papel regulamentador do Estado, que constrói um projeto e deixa a manutenção dos recursos sobre a responsabilidade de empresas privadas.



Ao pensar em elevar a qualidade da educação brasileira o TV Escola exhibe atualmente 24 horas diárias de séries e programas educativos, divididos em cinco faixas temáticas para o Ensino Infantil, Fundamental, Ensino Médio, Salto para o Futuro - programa que já existia e foi inserido a grade do canal educativo, onde professores de todo país tem oportunidade de assistir discussões de mestres e doutores de educação dos grandes centros do Sul e Sudeste. Destina também, dois horários para os cursos de língua estrangeira (inglês, espanhol e francês).

O projeto não ficou restrito ao material audiovisual. São entregues nas escolas as revistas, guia de programação, cadernos, folhetos e catálogos onde trazem discussões temáticas e também a ordem da exibição dos programas, o que ajuda os professores a planejarem as aulas de acordo com os programas.

Diante da evolução tecnológica, do analógico para o digital, o Governo Federal através do Ministério da educação em 2003, na gestão do ministro Cristóvão Buarque, deu um passo para ampliar o TV Escola criando a primeira TV Digital interativa para ensino a distância no Brasil. Agora com nova nomenclatura, o TV Escola Digital Interativa tem novidades em seu kit. O receptor digital com dispositivo de registro, onde professores e alunos recebem conteúdos que podem ser armazenados por até uma semana no disco rígido e CD, e a difusão com rede de computadores, impressoras e modem telefônicos.

A proposta era permitir que o professor e o aluno não fosse um simples telespectador do TV Escola e sim agente transformador e participativo, que poderia: agendar a programação e acessar outros canais interativos, pesquisar textos complementares, gravar programas com mais facilidade e na desejada e através de enquetes dá opinião sobre a programação. Esta foi uma tentativa do ministério da educação no mesmo período em que se acreditava implantar no Brasil a TV Digital, mas nenhum dos dois deram certo.

Com o percurso de mais de dez anos o TV Escola foi objeto de dissertações de mestrados. Ao pesquisar cinco destes estudos analisamos os objetivos e as conclusões que os pesquisadores chegaram em relação ao desenvolvimento do projeto como experiência pedagógica no período de 1999 a 2008.

### **3 Abordagens sobre TV Escola nos trabalhos de dissertações de mestrado**





Neste item trabalhamos como se desenvolveu o projeto TV Escola nas dissertações. Para realizar tal análise foram escolhidos cinco trabalhos, estes que estão disponibilizados no portal “Domínio Público”, biblioteca virtual que desde 2004 é referência para professores, alunos, pesquisadores e para a população em geral.

Como critério de análise foram trabalhados os objetivos e as conclusões das pesquisas para saber o que se discutiu com os resultados das investigações e se houve progresso com o desenvolvimento do projeto. Assim, a análise é importante no sentido de compreender como os professores se adaptaram ao uso da televisão na prática pedagógica. No primeiro momento foram discriminados os títulos, autores e o ano de publicação.

As cinco dissertações, escolhidas de forma aleatória, são de dimensões geográficas distintas, o que beneficiou a construção do artigo, pois as áreas da pesquisa ficaram muito bem distribuídas. O primeiro trabalho foi identificado no estado do Paraná, Supervisão escolar do TV Escola: Um estudo na rede pública estadual de ensino fundamental do NRE de Londrina, dissertação de Lucia Amaral Hidalgo defendida em 1999.

Posteriormente a pesquisa de Rosângela Vargas Cassola de 2005, Os programas da TV Escola e a educação especial: Possibilidades de formação contínua de professores do ensino fundamental estudo realizado em Mato Grosso do Sul. No estado da Bahia Telma Brito Rocha desenvolveu a dissertação Programa TV Escola no município de Irecê: Limites e possibilidades da educação no interior do Brasil datada em 2005. No período de 2007, Jovina da Silva defendeu a dissertação Integração do Programa TV Escola na prática pedagógica de professores de ensino médio de escolas públicas estaduais de Teresina. Por último foi analisada a pesquisa TV Escola e produção de conteúdo digital interativo: um estudo de caso, defendida em Londrina 2008 por Viviane Paula Viana.

Este momento do artigo consistiu na construção do quadro com as identificações das dissertações. (Ver quadro 02).

Quadro 02. Quadro com os elementos de análise das dissertações

OBJETIVOS	CONCLUSÕES
<b>01</b> Demonstrar como tem sido a ação supervisora na escola pública de ensino fundamental diante das novas tecnologias da comunicação para a educação, mais especificamente naquelas que implantaram o PTVE com sucesso.	Positivas: A presença do supervisor escolar habilitado há melhor aproveitamento do TV Escola; Negativas: Situação funcional dos profissionais em exercício na supervisão escolar encontra-se desajustada; Necessária a revisão urgente do exercício profissional do supervisor nas escolas paranaenses, buscando-se, conforme previsto legalmente, ingresso apenas por





	<p>concurso público, de profissionais habilitados em nível superior; É necessário que esse profissional esteja específica e devidamente preparado para que o aproveitamento seja efetivo e concreto.</p>
<p><b>02</b> Identificar a potencialidade de utilização da TV Escola na formação contínua de professores do ensino fundamental das redes municipal e estadual que trabalham com alunos que apresentam necessidades educacionais especiais;</p>	<p>Positivas: Houve momentos de estudos na proposta pedagógica da escola que possibilitaram aos professores oportunidades de troca de experiências com outros profissionais da educação e ainda, formar professores para interagir com as tecnologias existentes.</p> <p>Negativas: Grande parte dos professores informantes não soube informar quem é a pessoa responsável dentro da escola de fazer a gravação dos programas; TV Escola no município de Sindrolândia/MS não alcançou o objetivo previsto, ou seja, não contribuiu para a reflexão da práxis pedagógica e até mesmo de capacitar dos professores; Entende-se que as políticas públicas para a formação de professores devem ser voltadas para a valorização do profissional da educação;</p>
<p><b>03</b> Analisar o uso do <i>Programa TV Escola</i>, uma política pública desenvolvida para fortalecimento da Educação no Brasil, através da introdução de tecnologias na escola, como estudo de caso 30 escolas do município baiano em Irecê.</p>	<p>Positivas: Conservação do material do TV Escola</p> <p>Negativas: Escassez de recursos para desenvolvimento desses projetos, baixa qualificação docente, falta de articulação entre seus gestores, e a ausência de rede internet conectando as escolas;</p> <p>As escolas e Secretarias de Educação não respondem aos principais objetivos estabelecido pelo MEC: a função de capacitação docente, e utilização dos vídeos veiculados pelo <i>Programa</i> como material didático em sala de aula. O TV e o Vídeo do <i>kit</i> serviu apenas como um apoio material às atividades do professor em sala de aula.</p> <p>A escola e a rede municipal de educação do município, que não tem condições de suprir sozinhas a responsabilidade principal de prover financeiramente os recursos para o <i>Programa</i>, com isso vivencia profundos obstáculos ao desenvolvimento de uma política de formação dos professores com o <i>TV Escola</i>, assim como a utilização dos vídeos como recursos didáticos em sala de aula.</p>
<p><b>04</b> Investigar a integração do Programa TV Escola na prática pedagógica dos professores de duas escolas públicas estaduais de Ensino Médio do município de Teresina – Piauí.</p>	<p>Positivas: Os avanços científicos e tecnológicos na sociedade contemporânea pressupõem uma articulação que requer cumplicidade permanente nos campos político, econômico, social e educacional.</p> <p>Negativas: A formação docente precisa preparar o profissional para mediar uma prática pedagógica de forma autêntica e confiante; Não basta o contato com as tecnologias, é preciso também uma análise crítica de sua utilização e de suas linguagens, numa perspectiva inovadora, o que exige dos profissionais conhecimentos sobre os vários recursos desde os mais comuns como jornal, rádio, televisão, gravador, slides, vídeo, aos mais complexos, computador, datashow e internet;</p> <p>A escola não conseguiu acompanhar tão rapidamente a evolução da tecnologia na sociedade, nem em termos quantitativos nem qualitativos.</p>
<p><b>05</b> Verificar se o projeto-piloto Geração Saúde, que inaugurou novo modelo pedagógico e de produção, suportado por um curso de apoio, o Mídias na Educação, serve de modelo às próximas produções para a TV Escola Digital Interativa. Objetiva-se também investigar essa nova linguagem da TV Escola, sua constituição, princípios e estruturação.</p>	<p>Positivas: A nova linguagem do TV Escola, sua constituição, princípios e estruturação, além de esclarecer de que forma foram constituídos os dois programas públicos. Além disso, o trabalho esclarece o que é a TV Digital e quais as suas potencialidades.</p> <p>Negativas: O modelo deveria ter sido elaborado levando-se em conta as necessidades dos professores; Deve-se repensar o conceito de interatividade, de modo que docentes e discentes, de fato, a partir da nova tecnologia, possam ser ouvidos e, eventualmente, se tornem transmissores das mensagens televisivas, rompendo com o formato de broadcast: um para todos; É preciso preparar os professores, capacitá-los e aprimorar suas técnicas e metodologias para as tecnologias emergentes que instauram novos paradigmas. As principais consequências são o não atendimento ao público-alvo e o desperdício de tempo e de recursos.</p>

Fonte: Tabela criada pelos autores, a partir de trechos retirados das dissertações analisadas. Disponível em: <http://www.dominipublico.gov.br> Acesso: 03 jun. 2011



A primeira dissertação traz como experiência a pesquisa em três escolas públicas de ensino fundamental da cidade de Londrina/PR, a segunda traz pesquisa sobre com necessidades educacionais especiais nas séries iniciais do ensino fundamental nas escolas públicas de Sidrolândia/MS com o TV Escola, a terceira dissertação pesquisou 30 escolas que compõem a Rede Municipal de Educação de Irecê/ BA, a quarta estudou professores de ensino médio de escolas públicas estaduais de Teresina/PI e a quinta analisou se o projeto-piloto Geração Saúde serviu de modelo às próximas produções para a TV Escola Digital Interativa.

Ao tratar os dados presentes no quadro anterior foi possível perceber o quanto a implantação do projeto TV Escola deixou a desejar nas diferentes regiões do país. Das cinco dissertações analisadas, apesar das diferenças das descrições, pois cada uma teve um objeto específico, percebeu-se que ao tratar da potencialidade do programa TV Escola nas instituições escolares, todas tinham o programa como uma das principais políticas públicas criadas pelo Governo Federal e seu desenvolvimento.

Quanto aos objetivos das dissertações, resumem-se na investigação das potencialidades do programa, que de acordo com a web site do Ministério da Educação tem como principal objetivo “o aperfeiçoamento e valorização dos professores da rede pública, o enriquecimento do processo de ensino-aprendizagem e a melhoria da qualidade do ensino,” ideias presentes nas pesquisas analisadas. Os textos tinham como finalidade inicial ressaltar a importância da televisão na prática escolar e como os responsáveis pelo uso, professores ou supervisores das salas de vídeo, foram preparados para executar o manuseio da tecnologia.

De posse das conclusões foi possível perceber os pontos positivos e negativos discriminados nas dissertações. As conclusões positivas foram mínimas e por esta razão apresentamos de maneira sucinta: Os avanços científicos e tecnológicos na sociedade contemporânea; a nova linguagem trazida pelo TV Escola, sua constituição, princípios e estruturação; a conservação do kit tecnológico com o passar dos anos, a presença do supervisor escolar para auxiliar a ação dos professores e a troca de experiências com outros profissionais da educação foram os pontos apontados como favorecidos nas pesquisas, sendo que cada uma delas apresentou uma destas características.

A abordagem sobre a linguagem do TV Escola é bem reforçada na pesquisa de Viana (2008). A autora traz a observação de que esta característica pode ser tanto positiva quanto negativa, pois se não houver uma formação direcionada, esta



interatividade pode excluir o professor e o aluno que não consegue acompanhar a proposta do TV Escola Digital.

Quanto os problemas na implementação desta política pública educacional estão situados desde 1999 até 2008 sendo as questões estruturais à supervisão do projeto nas escolas. Fainholc (1994) afirma que devemos tomar cuidado para não confundir as novas tecnologias com a ação de modernização dos processos comunicacionais. Segundo Linhares,

[...] não é somente colocar TV, vídeo, DVD, Computadores, Videotecas etc... na escola. O uso dos meios e das tecnologias no espaço escolar vai muito mais além, pois exige uma mudança nas relações que definem a escola como espaço social de aprendizagem. (2007, p. 31)

Tal citação vai de acordo com um dos pontos negativos traçados no resultado da pesquisa de SILVA (2007), pois não basta ter a presença de tecnologia nas escolas não são suficientes para mudar a mentalidade dos professores e sim deve haver formação docente, precisa-se preparar o profissional para mediar uma prática pedagógica de forma autêntica e confiante, em que se é capaz de expressar o que se sabe e, ao mesmo tempo, identificar suas próprias dificuldades.

Um desencontro com a realidade traçada na ampliação do TV Escola foi apresentado por CASSOLA (2005) grande parte dos professores informantes não soube informar quem é a pessoa responsável dentro da escola para fazer a gravação dos programas.

Outra questão que prejudicou o caminhar do programa está relacionado aos problemas estruturais das instituições. De acordo com Rocha (2005) as cidades do interior apresentam escassez de recursos para desenvolvimento desses projetos, baixa qualificação docente, falta de articulação entre seus gestores, e a ausência de rede internet conectando as escolas, o que vai de encontro com as normativas de educação do Brasil. O Plano Nacional de Educação (PNE) propõe que traz o domínio das novas tecnologias de comunicação e da informação e capacidade para integrá-las à prática do magistério (BRASIL, 2000).

Neste caminho, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, que em seu artigo 2º propõem:

A organização curricular de cada instituição observará [...] outras formas de orientação inerentes à formação para a atividade docente,



entre as quais o preparo para: [...] o uso de tecnologias da informação e da comunicação e de metodologias, estratégias e materiais de apoio inovadores (BRASIL, 2002, p.4).

As legislações foram criadas período antes da dissertação de Rocha (2005) e mesmo assim percebe-se que não houve uma efetivação das proposições discriminadas acima, permitindo a continuação do problema, neste caso específico nas escolas do interior da Bahia.

Na pesquisa de Hidalgo (1999) um dos pontos positivos refere-se a presença do supervisor para auxiliar os professores nas salas de vídeos, mas os problemas estavam relacionados à situação funcional, esta tratada pela autora como desajustada, precisando transformar a atuação dos profissionais para que se obtivesse aproveitamento pleno do TV Escola e melhor prepará-lo para a função.

Assim como Silva (2007) sublinha a importância da formação profissional para o uso da tecnologia.

Nessa perspectiva, a formação docente precisa preparar o profissional para mediar uma prática pedagógica de forma autêntica e confiante, em que se é capaz de expressar o que se sabe e, ao mesmo tempo, identificar o que não se sabe, frente às situações novas, mostrando para o aluno a complexidade do aprender a construir conhecimentos, a desenvolver competências, a valorizar as diferenças, a aceitar o conflito e o provisório, pois aprender e ensinar exigem um passar da incerteza a uma certeza que admite novas descobertas e novas sínteses (2007, p. 104).

De acordo com a normativa dos *Parâmetros Curriculares Nacionais* (PCNs), é necessário que o profissional seja preparado para poder lidar com novas tecnologias e linguagens (BRASIL, 1997).

Autores defendem a utilização da tecnologia, mas também acreditam que os professores precisam adquirir novos saberes para atuar no novo mercado da sociedade da informação. Belloni ilustra esta questão, afirmando que o professor deve, entre outras coisas,

[...] dar um salto qualitativo na formação de professores, uma mudança efetiva no sentido de superar o caráter redutor da tecnologia educacional, sem perder suas contribuições, para chegar à comunicação educacional. (2009, p. 13)



Neste ideal o professor trabalharia com uma prática mais real da inserção da tecnologia no processo de ensino aprendizagem, sendo necessária a formação dos docentes, estruturação do ambiente escolar assim como a necessidade de acompanhamento do processo.

Ao analisar as conclusões da pesquisa de Viana (2008), esta que analisa a versão da TV Digital interativa, percebemos que a introdução da televisão no ambiente escolar é considerada um avanço, mas deve-se repensar o conceito de interatividade. Para que esta interatividade seja implementada de forma que rompa com o modelo emissor-receptor, deve haver uma preparação do profissional para a utilização desta tecnologia, sabendo também que este novo discente já possui esta nova linguagem.

### **GUIA DE CONCLUSÃO**

A partir das leituras baseadas nos objetivos e conclusões das dissertações foi possível concluirmos que a situação do programa TV Escola nos anos de 1999 a 2008 apresentam alguns problemas. Há 16 anos que esta política pública atua e de acordo com os resultados da pesquisa questões precisam ser revistas.

As dissertações trazem objetivos comuns apesar de pesquisarem o TV Escola em localizações distintas. As pesquisas procuravam saber como estava o andamento do programa do governo e se seus resultados proporcionaram melhoras na prática pedagógica. O programa desde 1999 apresentou problemas que tratam desde sua estrutura até a formação dos docentes que utilizariam esta tecnologia na sua prática pedagógica.

Na região sul o maior problema foi o desajuste da atuação do supervisor do programa, este que monitorava as gravações dos programas e também a sonhada interatividade; na região centro-oeste os questionamentos estavam embasados na reduzida formação do professor tanto para saber detalhes do projeto quanto para o uso do programa, já que houve uma preocupação em equipar as escolas com o Kit tecnológico. No nordeste os problemas também se baseavam na frágil formação de professor para o uso da TIC e também dos problemas estruturais das escolas, falta de sala adequada e cadeiras para receber os alunos.

Diante das conclusões houve uma quantidade maior de pontos negativos do que positivos, devido ao fraco andamento do processo diante da ação governamental. A atuação do Estado brasileiro, regulamentador, que cria as políticas públicas sem



acompanhar o andamento das mesmas. Desta forma as dissertações auxiliaram a constatar que o projeto foi implantado, no entanto o Estado deixou a desejar no decorrer do cumprimento de seus objetivos.

Em suma com as conclusões das dissertações, percebe-se que o Brasil precisa rever sua atuação diante do acompanhamento desta política, pois gasta-se muito dinheiro público para conseguir colocar em prática os projetos de política pública. A fiscalização do andamento destas políticas educacionais poderia garantir melhor desenvolvimento e sucesso do projeto nas regiões brasileiras.

## REFERÊNCIAS

BARROSO, J. **O estado, a educação e a regulação das políticas públicas.** *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 26, n. 92, p. 725-751, Especial - Out. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>> Acesso em: 19 de mai. 2011.

BELLONI, M. L. **O que é mídia-educação.** 3 ed. Campinas: Autores Associados, 2009.

BONETI, L. W. **Políticas públicas por dentro.** 2. ed. Ijuí: Editora Unijuí, 2007.

BONETI, L. W. **A educação para a inclusão. Tuiuti,** 2003. Disponível em: <<http://www.boaula.com.br/iolanda/producao/me/pubonline/bonetti.htm>> Acesso: 23 de mai. 2011.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica,** em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Brasília: Ministério da Educação, 2002. Disponível em: <[www.mec.gov.br](http://www.mec.gov.br)>. Acesso em: 20 de mai. de 2011.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Educação e Cultura. Decreto n. 9394, de 20 de dezembro de 1999. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm)> Acesso: 20 de mai. 2011.

\_\_\_\_\_. **Plano Nacional de Educação.** Ministério da Educação, 2000. Disponível em: <[www.mec.gov.br](http://www.mec.gov.br)>. Acesso em: 26 de mai. de 2011.

BRESSER-PEREIRA, L. C. *Sociedade civil: sua democratização para a reforma do estado.* In Luiz Carlos Bresser-Pereira, Jorge Wilhelm and Lourdes Sola, orgs.. **Sociedade e Estado em Transformação.** UNESP/ENAP, 1999: 67-116.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede.** São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASSOLA, R. V. **Os programas da TV Escola e a educação especial: possibilidades de formação contínua de professores do ensino fundamental.** 2005. 224f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br>>. Acesso em: 30 mai. 2011.

FAINHOLC, B. **La tecnología educativa propia y apropiada – Democratizando el saber tecnológico.** Buenos Aires: Humanitas, 1994.



HIDALGO, L. A. **Supervisão Escolar e TV Escola: Um estudo na Rede Pública Estadual de Ensino Fundamental do NRE de Londrina/PR.** 1999. 197f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br>>. Acesso em: 30 mai. 2011.

LIBÂNEO, J. C., OLIVEIRA, J. F. de, TOSCHI, M. S.. **Educação Escolar: políticas, estrutura e organização.** São Paulo: Cortez, 2006.

LINHARES, R. N. **Gestão em Comunicação e Educação: o audiovisual no espaço escolar.** Maceió, EDUFAL, 2007.

PALMA FILHO, J. C.. **Política Educacional Brasileira- Educação Brasileira nua década de incerteza (1990-2000): avanços e retrocessos.** São Paulo: Cte Editora, 2005.

QUARTIERO, E. M.. Políticas Públicas para a utilização das tecnologias de informação e de comunicação na educação. In: VIEITEZ, Candido Giraldez; ROSA, Elisa Mirra Barone, Org(s). **Educação e Políticas Públicas- tópicos para o debate.** Araraquara: Junqueira&Marin, 2007. Cap. 2, p. 53-91.

ROCHA, T. B.. Programa **TV Escola no município de Irecê: Limites e possibilidades da educação a distância no interior do Brasil.** 2005. 120f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br>>. Acesso em: 01 jun. 2011

SANTOS, B. de S.. **A Construção Multicultural da Igualdade e da Diferença.** VII Congresso Brasileiro de Sociologia. Rio de Janeiro: Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ, 4 a 6 de setembro de 1995. (conferência).

SILVA, J. da. **Integração do programa TV Escola na prática pedagógica de professores de ensino médio de escolas públicas estaduais de Teresina-PI.** 2007. 117F. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Ciências da Educação – CCE, Universidade Federal do Piauí. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br>>. Acesso em: 03 jun. 2011.

SOUZA, C.. **Políticas Públicas: uma revisão da literatura.** Net, Porto Alegre, jul/dez. 2006. Ano 8, nº 16 p. 20-45. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16.pdf>. Acesso em: 03 mai. 2011.

VIANA, V. P. **TV Escola e produção de conteúdo digital interativo: Um estudo de caso.** 2008. 146F. Dissertação (Mestrado em Tecnologia da Informação e Comunicação em EAD) - Universidade Federal do Ceará – UFC e Universidade Norte do Paraná – UNOPAR. Disponível em: [Http://www.dominiopublico.gov.br](http://www.dominiopublico.gov.br)> Acesso em: 16 de jun. 2011.

Domínio Público. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br>> Acesso: 30 mai. 2011.

Ministério da Educação. Disponível em: <http://www.mec.gov.br>>. Acesso: 15 mai. 2011.

TV Escola. Disponível em: <http://tvescola.mec.gov.br>>. Acesso: 13abri. 2011.